



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE FÍSICA

Campus Universitário de Ondina – 40170-115 - Salvador – Bahia
Fone: (071) 3283-6604/6605
e-mail: fis@ufba.br



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE FÍSICA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

Às nove horas do dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões do Instituto de Física (IF) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reuniu-se a Congregação do referido Instituto, para a realização de reunião extraordinária, sob a presidência do Frederico Vasconcellos Prudente, Diretor, com as presenças de: Micael Dias de Andrade, Vice-Diretor; Eduardo Reis Vianna Rocha Junior, Vice-Chefe do Departamento de Física da Terra e do Meio Ambiente (DFT-MA); Climério Paulo da Silva Neto, Vice-Chefe do Departamento de Física Geral (DFG); Antonio Moreira de Cerqueira Sobrinho, Chefe em Exercício do Departamento de Física do Estado Sólido (DFES); Alexandre Leite Gadelha, Coordenador do Colegiado dos Cursos de Graduação em Física; Marcus Vinícius Santos Silva, Representante do Corpo Docente; Manuela Souza Arruda, representante do Instituto de Física no Conselho Acadêmico de Ensino (CAE); André Luiz Pires de Souza Leal, representante dos Servidores Técnico-Administrativos; Gabriel de Cerqueira e Silva e Ronan-Coelho Vaz, representantes Estudantis; para discutir sobre os seguintes pontos de pauta: **1) Renovação da participação da Profa. Maria Cristina Martins Penido no Programa Especial de Participação de Professores Aposentados (PROPAP) – processo 23066.052691/2025-24 – Relator: Prof. Antonio Moreira de Cerqueira Sobrinho; 2) Apreciação de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a UFBA e a SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão para apoiar o 1º WORKSHOP DE FÍSICAS/OS AFRODESCENDENTES BRASILEIRA(O)S E NORTE AMERICANA(O)S" – Processo 23066.067251/2025-71 – Relator: Prof. Carlos da Silva Vilar; e 3) Discussão e posicionamento da Congregação de Física sobre o processo de implementação do SIGAA para cursos de Graduação da UFBA. Dando início à reunião, o Presidente agradeceu a todos pela presença e, de imediato, passou à ordem do dia. No ponto de pauta **1) Renovação da participação da Profa. Maria Cristina Martins Penido no Programa Especial de Participação de Professores Aposentados (PROPAP) – processo 23066.052691/2025-24 – Relator: Prof. Antonio Moreira de Cerqueira Sobrinho**, a palavra foi concedida ao citado relator, o qual iniciou informando sobre a documentação apresentada no processo e procedeu a leitura do seu parecer, que se mostrou favorável ao deferimento da presente solicitação. Antes de abrir a palavra para o plenário, o Presidente destacou que o parecer do professor Moreira foi bastante completo e ele só queria justificar o porquê deste ponto ter entrado na pauta de uma reunião extraordinária: trata-se da necessidade de regularizar a situação da professora Maria Cristina, que atualmente ministra a disciplina Estágio Supervisionado em Física II na graduação em Física, a fim de**

que seu nome possa constar formalmente como responsável pela matéria. Com a palavra aberta ao plenário, o professor Alexandre Gadelha externou sua dúvida acerca da tramitação deste tipo de processo, dado que a professora Maria Cristina fez a solicitação ao Instituto de Física, mas foi anexado ao processo um parecer do Departamento de Física Geral, então gostaria de um esclarecimento se a anuência do departamento era vista como *pro forma*, ao que o Presidente respondeu que é uma prática no Instituto solicitar o posicionamento do Departamento onde o docente foi lotado. Ao ser questionado pelo professor Gadelha se o posicionamento do Departamento seria apenas consultivo, o Diretor respondeu que se o departamento não aprovasse a solicitação, a decisão ainda caberia à Congregação. Após mais alguns esclarecimentos, como ninguém quis mais fazer uso da palavra, o Presidente destacou que, como informado no parecer do professor Moreira, a professora Maria Cristina tem contribuído bastante com o Instituto de Física em diversas atividades e que é uma felicidade para o Instituto que ela tenha interesse em continuar colaborando, mesmo após sua aposentadoria. O parecer foi então posto em votação, sendo aprovado por unanimidade. No ponto de pauta 2) **Apreciação de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a UFBA e a SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão para apoiar o 1º WORKSHOP DE FÍSICAS/OS AFRODESCENDENTES BRASILEIRA(O)S E NORTE AMERICANA(O)S** – Processo 23066.067251/2025-71 – Relator: Prof. Carlos da Silva Vilar, o Diretor informou que iria retirar este ponto da pauta, pois o parecerista havia ficado com algumas dúvidas acerca da documentação do processo e somente na véspera haviam conseguido as respostas. Desta forma, o processo teve que passar por algumas correções, mas não houve tempo hábil para o professor Carlos Vilar preparar o parecer. O Diretor informou que o processo trata de um recurso descentralizado que deverá ser usado para a realização do Workshop mencionado acima, que tem previsão de acontecer em Salvador de 03 a 05 de dezembro, sendo uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Física e contando com os professores Climério Neto (coordenador) e Victor Mancir (cocoordenador) no comitê organizador local. Diante da urgência em dar andamento ao processo, o Diretor informou que iria realizar a aprovação *ad referendum* da Congregação, a ser referendada na próxima reunião. Na sequência, passou a palavra para o professor Climério Neto fornecer esclarecimentos sobre o Workshop. Em sua exposição, o professor Climério informou que a SBF visava realizar este Workshop com o intuito de mostrar para o público participante como a física se relaciona com diversas áreas, promovendo vínculos de socialização com a academia, com indústrias etc. O professor Gadelha achou curioso o título do Workshop conter “brasileiros e norte-americanos” e perguntou se havia alguma contribuição “vinda de lá”, ao que foi respondido pelo professor Climério que tem uma comissão tentando trazer palestrantes norte-americanos, como por exemplo o professor Biden. Finalizada a exposição, passou-se para o ponto de pauta 3) **Discussão e posicionamento da Congregação de Física sobre**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Frederico" and "Manuela".

o processo de implementação do SIGAA para cursos de Graduação da UFBA, o Presidente ressaltou a necessidade da discussão deste ponto para poder levar uma posição do Instituto para a reunião do CONSUNI, que ocorreria pela tarde, e também para que fosse levada para a reunião do CAE, que ocorrerá na manhã do dia seguinte. Feitas estas observações, o Diretor informou que passaria a palavra à professora Manuela Arruda para que se pronunciasse, lembrando que a professora participou do processo em três "frentes": como Conselheira do CAE, representando o Instituto de Física; como Vice-Coordenadora do Colegiado dos Cursos de Física; e por ter sido designada, juntamente com o servidor André Leal, como Ponto Focal do Instituto nas discussões sobre a implantação do SIGAA na graduação. Com a palavra, a professora Manuela Souza Arruda fez uma exposição de uma série de problemas enfrentados pela comunidade da UFBA com a implantação do SIGAA, informando que muitas destas reclamações haviam sido expostas na sua proposta de Nota disponibilizada para os membros desta Congregação. Dentre as denúncias, ela pontuou o desrespeito ao Regimento Geral e ao REGPG da UFBA, que o sistema estava programado para seguir o Regulamento de Ensino da Graduação da UFRN e que o STI/SUPAC insistiam com a argumentação que o sistema não podia passar pelas mudanças necessárias para se adequar às nossas resoluções. Em seguida, a palavra foi passada para o professor Antonio Moreira que falou que achava a situação muito grave. O professor Climério Neto relatou que, durante a implementação do SIGAA na UFOB, também informaram que o sistema não poderia ser mudado, mas a comunidade se recusou a aceitar estes argumentos tecnocráticos, que colocavam a programação de um sistema acima do regimento da Universidade, e conseguiu realizar as mudanças necessárias no sistema. O professor Eduardo Vianna Junior informou que descobriu que o seu CPF está exposto no SIGAA sendo acessível para qualquer pessoa, o que é uma violação da LGPD. O servidor André Leal informou que, assim como a professora Manuela, tem acompanhado esta implementação em diversas frentes (como representante dos TAE no CAE, como servidor do CEAG, ligado assim ao colegiado e aos departamentos, e como ponto focal do Instituto) e informou que avaliza todas as denúncias expostas pela docente Manuela Arruda. Informou também que acredita que se não fosse pela postura dura e pelas críticas feitas ao longo do processo de migração, os problemas seriam muito maiores. Disse ainda que estas críticas e posturas não são insensíveis às dificuldades inerentes desta implementação, mas que isso não justifica o processo como foi realizado, de forma intransigente e desrespeitando as resoluções da Universidade. O professor Gadelha, fazendo uso da palavra, pediu um esclarecimento sobre o grupo de trabalho que havia sido citado na fala da professora Manuela Arruda, ao que a professora esclareceu que o grupo de trabalho foi criado no CAE atendendo à uma solicitação da SUPAC, mas que este grupo só participou de uma reunião, não sendo, juntamente com a PROGRAD, convidado para as reuniões seguintes; permanecendo nas discussões apenas a SUPAC e a STI. O professor Alexandre Gadelha disse que acredita haver

       



uma tentativa de impor uma forma de “pensar universidade”, não sendo um processo isolado e que deve sim haver uma denúncia para a comunidade. Citou também que a forma como o processo vem sendo conduzida tem minado a confiança da comunidade na SUPAC e no STI; como exemplo, falou da desculpa dada pelo STI para justificar a falta de possibilidades das chefias de departamento terem acesso às funcionalidades do sistema: disseram ser um bug, quando na verdade era limitação imposta no próprio sistema. Reiterou que é necessário haver uma mobilização de toda a comunidade para evitar a continuidade/repetição de tais situações. O professor Marcus Vinícius pediu esclarecimento de como as coisas funcionam nos programas de pós-graduação, tendo em vista que o SIGAA foi implementado há algum tempo nestes programas, ao que o Diretor respondeu que os impactos são menores, mas existem. Pedindo uma parte na fala do professor Frederico Vasconcellos, o servidor André Leal citou, como exemplo, um caso em que a inadequação do sistema acabou se transformando em uma “nova regra” para o funcionamento da Universidade. A professora Manuela, complementando sua fala, informou que todas as regras seguidas pelo SIGAA seguem o Regulamento de Ensino de Graduação da UFRN e declarou ser escandaloso que um sistema siga o regulamento de outra universidade e não o da UFBA. O discente Ronan informou que participou de uma plenária convocada primeiramente pelo D.A. de Letras, mas com participação de discentes de vários cursos, e denunciou que diversos estudantes em toda a Universidade têm passado por diversos problemas com ao processo de matrícula: desde a negação de pedidos de matrícula até a formatura compulsória; denunciou a retirada de funções dos colegiados; informou que está havendo uma discussão acerca das ações que podem ser realizadas, como, por exemplo, considerar este semestre como atípico. O Presidente, fazendo uso da palavra, informou que qualquer modificação no regimento da Universidade deve ser discutida e aprovada no Conselho Universitário; desta forma, o CONSUNI não pode se furtar de participar desta discussão e deve ser provocado a se posicionar. Colocou ainda alguns aspectos que deveriam ser colocados na nota. O professor Climério sugeriu que a UFOP e a UFRB fossem questionados sobre como resolveram/evitaram os problemas citados acima durante a implementação do SIGAA. O professor Moreira complementou sua fala informando que atribuições do CEAG, do colegiado e dos departamentos foram retiradas/modificadas de tal forma que o CEAG não consegue mais ajudar como outrora nem no planejamento e nem na matrícula. O servidor André Leal pontuou que o posicionamento das Coordenações de Colegiados mudam de unidade para unidade; lembrou de que em algumas reuniões do CAE, algumas coordenações, baseado na promessa de automatização de todo o processo, preferiram o engessamento do sistema, abrindo mão de funcionalidades as quais deveriam ter direito; e fez um elogio para o posicionamento do Colegiado dos Cursos de Física. Falou que estava preocupado com alguns relatos feitos por estudantes de que “aqueles que se matricularam na matrícula excepcional (ocorrida na última segunda-feira, dia 29/09) poderiam ser reprovados

138 por falta, devido a já terem transcorrido os 25% do semestre” e mostrou-se favorável à ideia de
139 considerar este semestre como atípico. O diretor falou que é o problema dos 25% do semestre
140 terem transcorrido tem mais impacto ainda do que somente sobre esta terceira etapa da matrícula,
141 e lembrou que o resultado da segunda etapa só foi divulgado no último final da semana. Após
142 as falas, o Plenário se debruçou sobre a minuta de nota proposta pela professora Manuela Arruda.
143 Após ampla discussão sobre o texto, chegou-se a uma redação final. Passando para os encaminhamentos,
144 foram listados os seguintes: 1. Aprovação do documento com a nota da Congregação
145 do Instituto de Física da UFBA; 2. Solicitar a inclusão de um ponto de pauta na reunião do CONSU-
146 NI para discutir este assunto; 3. Levar para os conselhos superiores a proposta de declarar o se-
147 mestre de 2025.2 como atípico; 4. Solicitar às chefias de departamento que recomendem ao corpo
148 docente compreensão da atipicidade do semestre e flexibilizem as faltas; 5. Solicitar apoio à UFRB
149 e à UFOP visando descobrir como conseguiram introduzir as modificações desejadas no sistema; e
150 6. Solicitar ao STI esclarecimento acerca da exposição dos números de CPF. Após a listagem dos
151 encaminhamentos, o Diretor sugeriu a votação em bloco, a qual foi acatada pelo plenário. Posto
152 em votação, os seis encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Não havendo mais
153 pontos a serem tratados, o Presidente agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a reu-
154 nião, e eu, Micael Dias de Andrade, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e achada con-
155 forme pelos membros da Congregação, será assinada pelos presentes.

Frederico Versucillo Prudente

Micael Dias de Andrade

Fabio Santos Batista

Manuela Souza Arruda

Juani Pantoja

Tracy King

Flora Souza Barão

José Roberto B. de Souza

Ed S. C.

Marcos Melo de Almeida

Gabriel de Gurgueira e Silva

Alexandre L. Faleiro